

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Seguindo seu planejamento estratégico, a Mongeral Aegon realizou significativos investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus negócios e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes.

Em 2016, a companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando inovação, crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Investirá ainda na revisão de processos, da capacitação da força de vendas, da inclusão de novos meios de cobrança e de estratégias para aumentar retenção de clientes e sua adimplência.

Desempenho

Em 2015, ano em que completou 180 anos, apesar do momento econômico conturbado que o País atravessa, a Mongeral Aegon apresentou desempenho expressivo, tendo atingido crescimento de 36% em novas vendas de coberturas de riscos, principalmente individuais.

Atingiu crescimento de 27% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 24% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que foram de R\$ 955 milhões e R\$ 750 milhões respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia.

Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 652% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 970% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro.

Em 2015, as Despesas Administrativas cresceram 21%, abaixo do crescimento das Receitas de Prêmios e Contribuições e significativamente abaixo do crescimento das vendas de coberturas de riscos. O crescimento contido das despesas frente aos fortes investimentos em crescimento, qualidade de serviços, ampliação da rede de distribuição, infraestrutura, tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, é resultado da forte disciplina financeira da companhia e de mais de 140 ações de controle de custos. A Mongeral Aegon intensificará o controle de despesas e a busca por maior eficiência operacional em 2016, com o objetivo de reduzir ainda mais as Despesas Administrativas.

O Resultado Operacional antes de Despesas Administrativas cresceu 30%, o que evidencia a contínua solidez dos negócios da companhia.

O Lucro Líquido de R\$ 32 milhões, 60% acima do observado em 2014, está em linha com os objetivos da Administração para o período.

Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou o exercício em R\$ 272 milhões.

Os Ativos Totais cresceram 23% atingindo R\$ 1,2 bilhão.

O capital total segurado pela companhia ultrapassou R\$ 270 bilhões, com mais de 2,2 milhões de vidas seguradas. Foram pagos benefícios a mais de 12.700 beneficiários, tendo sido apurados R\$ 271 milhões em despesas com Sinistros.

Realizações e ampliação dos segmentos de atuação

No segundo semestre de 2015, a Mongeral Aegon obteve a autorização prévia da SUSEP para constituição da Companhia Seguradora de Vida e Previdência com o Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICCOB, que possui mais de 3,1 milhões de associados e 2,3 mil pontos de atendimento. O início das operações da nova seguradora está planejado para 2016.

No segmento de previdência complementar para os servidores públicos, em face dos convênios com os Órgãos Oficiais, a Mongeral Aegon consolidou a sua liderança e intensificou as operações de distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE), da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES) e da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG).

Consolidou sua posição de empresa líder na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais.

Diversificou e ampliou a integração de seus canais de atuação, consolidando sua estratégia digital com a Loja Online e investimentos em Marketing Direto, viabilizando opções diferenciadas de serviços para as redes comerciais.

Ampliou e amadureceu o seu portfólio de produtos, pois além de manter mais de 20 soluções em seguros e previdência para a classe média brasileira, consolidou sua linha de produtos para público de alta renda (capitais de até R\$ 25 milhões), por meio de distribuição especializada. Adicionalmente, tem investido no desenvolvimento de produtos de microsseguro, possibilitando o atendimento completo aos seus clientes, independentemente de sua classe social.

Alcançou excelentes resultados no NPS (*Net Promoter Score* - ferramenta para medir a satisfação e lealdade de clientes), com avaliação dos clientes e corretores-parceiros e do eNPS com a avaliação dos colaboradores, onde obteve o maior índice entre as empresas do grupo AEGON.

Tecnologia da Informação

Em novembro de 2015, foi colocado em produção o novo sistema operacional da companhia (Sistema eSIM), em substituição definitiva ao sistema anterior, que suportou as operações da Mongeral Aegon entre 1997 e 2015.

Desenvolvido internamente, o eSIM é responsável por toda a operação da companhia, centralizando informações e gerindo seu fluxo durante o processo de desenvolvimento da atividade empresarial, integrando os setores da organização e possibilitando aos gestores acesso ágil, eficiente e confiável às informações gerenciais, dando suporte à tomada de decisões em todos os níveis do negócio.

Entre as mudanças mais perceptíveis que um sistema desse porte proporciona, pode-se destacar a confiabilidade dos dados, agora monitorados em tempo real, consistente aumento da eficiência operacional e a melhora contínua na qualidade dos serviços prestados aos clientes, corretores e parceiros comerciais.

Governança Corporativa

No decorrer do ano continuaram a ser adotadas as medidas necessárias à prevenção e combate à fraude e à lavagem de dinheiro. Investimentos adicionais foram realizados para o fortalecimento do departamento de Controles Internos e *Compliance*. Novos recursos foram investidos durante todo o ano, especificamente para fortalecimento de controles, processos e redução de riscos. Os projetos e investimentos estão sendo conduzidos com a participação direta da AEGON.

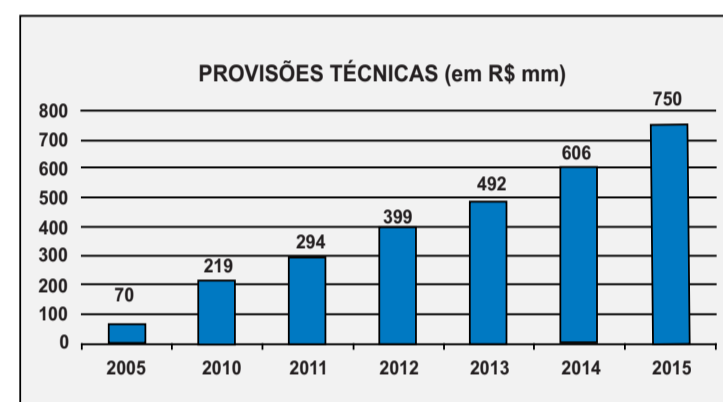
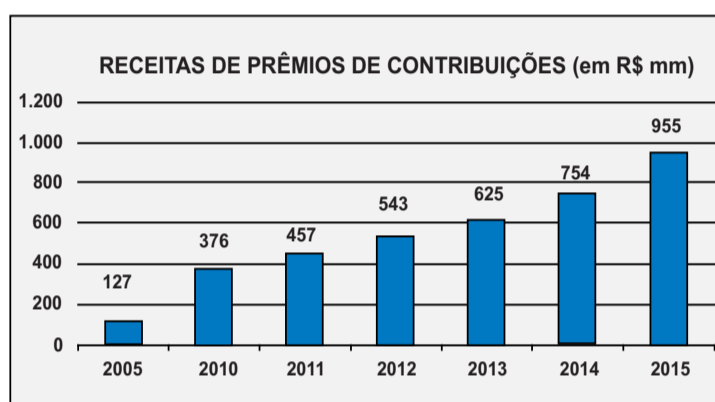
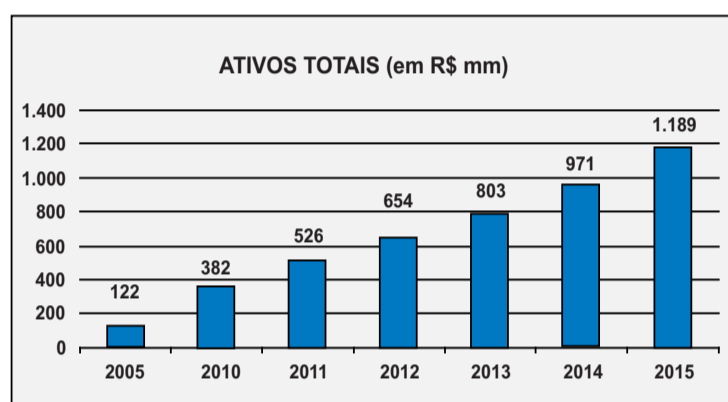
Declaração

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, a Mongeral Aegon declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Agradecimentos

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2015	2014		2015	2014
Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante			Circulante		
Disponível			Contas a pagar		
Caixa e bancos	2.275	2.918	Obrigações a pagar (Nota 12)	23.751	24.265
Aplicações (Nota 6)	476.602	393.932	Impostos e encargos sociais a recolher	8.546	6.506
Créditos das operações com seguros e resseguros			Encargos trabalhistas	10.611	8.539
Prêmios a receber (Nota 8 (a))	22.058	13.399	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	3.250	2.594
Operações com seguradoras	843	1.388	Impostos e contribuições	7.959	4.640
Operações com resseguradoras (Nota 8 (c))	20.158	16.857		54.117	46.544
Outros créditos operacionais	2.006	3.286	Débitos de operações com seguros e resseguros		
	45.065	34.930	Operações com seguradoras	527	8
Créditos das operações com previdência complementar			Operações com resseguradoras	27.915	24.503
Valores a receber (Nota 8 (b))	24.772	21.573	Corretores de seguros e resseguros	8.506	3.559
Créditos de resseguros (Nota 8 (c))	11.724	9.773	Outros débitos operacionais	2.726	2.063
Operações com repasses	1.603	1.457		39.674	30.133
	38.099	32.803	Débitos de operações com previdência complementar		
Ativos de resseguro - provisões técnicas			Operações de resseguros	11.224	6.015
Seguros (Nota 14 (a))	16.515	15.016	Operações de repasses	561	1.139
Previdência	6.212	5.250	Outros débitos operacionais	9.116	6.109
	22.727	20.266		20.901	13.263
Títulos e créditos a receber			Depósitos de terceiros		
Títulos e créditos a receber	585	1.026	Depósitos de terceiros	3.641	2.774
Créditos tributários e previdenciários (Nota 19 (b))	9.425	6.770	Provisões técnicas - seguros (Nota 14)		
Outros créditos			Danos	41.565	28.007
Adiantamentos a funcionários	2.625	2.185	Pessoas	103.609	59.845
Adiantamentos administrativos	991	1.534	Vida individual	40.202	32.834
Outros	154	111	Vida com cobertura por sobrevivência	1.799	83.623
	13.780	11.626		187.175	204.309
Outros valores e bens			Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13 (a))		
Outros valores	865	1.389	Planos bloqueados	914	876
Empréstimos e depósitos compulsórios	53	52	Planos não bloqueados	71.463	61.498
Despesas antecipadas	6.893	8.589	PGBL/PRGP	1.126	791
Custos de aquisição diferidos				73.503	63.165
Seguros (Nota 14 (c))	18.001	15.657	Passivo Circulante	379.011	360.188
Previdência (Nota 13 (b))	5.695	5.502	Passivo não circulante		
	23.696	21.159	Contas a pagar		
Ativo circulante	630.055	527.664	Obrigações a pagar (Nota 12)	1.475	1.485
Ativo não circulante			Tributos diferidos (Nota 19 (b))	3.954	615
Realizável a longo prazo	406.695	319.128	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	2.428	2.057
Aplicações (Nota 6)	310.356	246.386		7.857	4.157
Ativos de resseguro - provisões técnicas			Provisões técnicas - seguros (Nota 14)		
Seguros (Nota 14 (a))	3.984	2.958	Danos	16.768	15.693
Previdência	2.464	2.033	Pessoas	20.537	21.260
	6.448	4.991	Vida individual	45.448	31.844
Títulos e créditos a receber			Vida com cobertura por sobrevivência	153.435	44.011
Créditos tributários e previdenciários (Nota 19 (b))	37.251	32.613		236.188	112.808
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 17 (c))	17.914	10.188	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13 (a))		
	55.165	42.801	Planos bloqueados	147	149
Empréstimos e depósitos compulsórios	70	88	Planos não bloqueados	153.625	134.565
Despesas antecipadas	2.789	-	PGBL/PRGP	128.723	116.285
Custos de aquisição diferidos				282.495	250.999
Seguros (Nota 14 (c))	24.547	17.367	Outros débitos		
Previdência (Nota 13 (b))	7.320	7.495	Provisões judiciais (Nota 17)	8.384	2.491
	31.867	24.862	Outras Provisões	2.823	-
Investimentos				11.207	2.491
Participações societárias	363	287	Passivo não circulante	537.747	370.455
Imóveis destinados à renda (Nota 9)	16.855	16.855	Patrimônio líquido (Nota 18)		
	17.218	17.142	Capital social	119.188	89.188
Imobilizado (Nota 10)			Aumento de capital em aprovação	-	30.000
Imóveis de uso próprio	19.156	10.223	Reservas de capital	35.815	35.815
Bens móveis	20.851	13.958	Reserva de reavaliação	2.043	2.127
Outras imobilizações	6.364	4.262	Reservas de lucros	116.772	84.603
	46.371	28.443	Ajustes de avaliação patrimonial	(1.492)	(1.697)
Intangível (Nota 11)				272.326	240.036
Outros intangíveis	88.745	78.302	Total do passivo e patrimônio líquido	1.189.084	970.679
Ativo não circulante	559.029	443.015			
Total do ativo	1.189.084	970.679			

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	2015	2014
Prêmios emitidos.....	570.851	415.226
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos.....	334.289	297.301
Variação das provisões técnicas.....	(70.367)	(31.538)
Prêmios ganhos.....	834.773	680.989
Sinistros ocorridos (Nota 20 (a)).....	(270.731)	(238.482)
Custos de aquisição (Nota 20 (d)).....	(129.601)	(104.753)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 20 (c)).....	(15.398)	(950)
Resultado com operações de resseguro (Nota 20 (b)).....	4.108	(3.543)
	(411.622)	(347.728)
Rendas de contribuições e prêmios.....	49.897	41.651
Constituição da provisão de benefícios a conceder.....	(41.254)	(35.802)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL.....	8.643	5.849
Rendas com taxas de gestão e outras taxas.....	2.981	2.230
Variação de outras provisões técnicas.....	(21.842)	(14.963)
Custos de aquisição (Nota 20 (d)).....	(88.584)	(67.465)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 20 (e)).....	(10.806)	(2.361)
	(118.251)	(82.559)
Despesas administrativas (Nota 20 (f)).....	(252.119)	(207.632)
Despesas com tributos (Nota 20 (g)).....	(28.341)	(22.621)
Resultado financeiro (Nota 20 (h)).....	41.534	17.592
Resultado patrimonial (Nota 20 (i)).....	4	(312)
	(238.922)	(212.973)
Resultado operacional.....	74.621	43.578
Ganhos (perdas) com ativos não correntes.....	(18)	4.450
Resultado antes dos impostos e participações.....	74.603	48.028
Imposto de renda (Nota 19).....	(14.911)	(8.840)
Contribuição social (Nota 19).....	(9.533)	(5.463)
Participação sobre o resultado.....	(18.074)	(13.680)
Lucro líquido do exercício.....	32.085	20.045
Quantidade de ações.....	21.806.024	21.806.024
Lucro por ação básico e diluído (em R\$) (Nota 18 (d)).....	1,47	0,93

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	2015	2014
Lucro líquido do exercício.....	32.085	20.045
Outros resultados abrangentes.....		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Realização reserva de reavaliação.....	(142)	(141)
Efeito do imposto de renda e contribuição social.....	58	56
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.....	260	38
Efeito do imposto de renda e contribuição social.....	(55)	(15)
Resultado abrangente do exercício.....	32.206	19.983

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)**

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais.....		
Lucro líquido do exercício.....	32.085	20.045
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações.....	5.884	3.658
Amortizações.....	5.486	3.906
Resultado de equivalência patrimonial.....	(76)	312
Provisão para liquidação do capital dos associados.....	-	4.377
Reversão da provisão IOF.....	-	2.723
IR e CS corrente e diferido.....	24.444	14.303
Participação sobre resultado.....	18.074	13.680
Perda por redução de valor recuperável de ativos.....	(7.158)	(1.788)
Provisões judiciais.....	8.716	(202)
	87.455	61.014
Varições nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros.....	(146.436)	(123.642)
Créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar.....	(8.273)	(9.822)
Ativos de resseguros.....	(3.918)	(7.910)
Créditos fiscais e previdenciários.....	(7.293)	548
Depósitos judiciais e fiscais.....	(7.769)	(420)
Despesas antecipadas.....	(1.092)	(1.300)
Custo de aquisição diferidos.....	(9.542)	(2.549)
Outros ativos.....	1.084	(167)
Fornecedores.....	(16.527)	(13.311)
Impostos e contribuições.....	(15.744)	(19.480)
Débitos de operações com seguros, previdência e resseguros.....	17.179	(146)
Depósito de terceiros.....	867	201
Provisões técnicas.....	148.080	121.606
Pagamentos de juros.....	(628)	880
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....	37.443	5.502
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos.....	-	75
Aquisição de imobilizado.....	(23.812)	(6.958)
Aquisição de intangível.....	(15.929)	(21.917)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento.....	(39.741)	(28.800)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital.....	-	30.000
Aquisição de empréstimos e/ou leasing.....	3.503	894
Pagamento de empréstimos e/ou leasing (exceto juros).....	(1.848)	(7.695)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento.....	1.655	23.199
Redução no caixa e equivalentes de caixa.....	(643)	(99)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	2.918	3.017
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	2.275	2.918

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Legal	Reserva especial para dividendos	Reservas de lucros Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	60.188	29.000	35.815	2.212	3.880	7.709	53.624	(1.720)	-	190.708
Realização por depreciação.....	-	-	-	(85)	-	-	-	-	85	-
Aprovação do aumento de capital pela SUSEP (Nota 18(a)).....	29.000	(29.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda.....	-	-	-	-	-	-	-	23	-	23
Aumento de capital em aprovação (Nota 18 (a)).....	-	30.000	-	-	-	-	-	-	-	30.000
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	20.045	20.045
Proposta para destinação do resultado										
Constituição de reserva										
Reserva legal.....	-	-	-	-	1.002	-	-	-	(1.002)	-
Reserva especial para dividendos (Nota 18 (c)).....	-	-	-	-	-	4.782	-	-	(4.782)	-
Retenção de lucros (Nota 18 (c)).....	-	-	-	-	-	-	13.606	-	(14.346)	(740)
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	89.188	30.000	35.815	2.127	4.882	12.491	67.230	(1.697)	-	240.036
Realização do aumento de capital (Nota 18 (a)).....	30.000	(30.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização por depreciação.....	-	-	-	(84)	-	-	-	-	84	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda.....	-	-	-	-	-	-	-	205	-	205
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	32.085	32.085
Proposta para destinação do resultado										
Constituição de reserva										
Reserva legal.....	-	-	-	-	1.604	-	-	-	(1.604)	-
Reserva especial para dividendos (Nota 18 (c)).....	-	-	-	-	-	7.641	-	-	(7.641)	-
Retenção de lucros (Nota 18 (c)).....	-	-	-	-	-	-	22.924	-	(22.924)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	119.188	-	35.815	2.043	6.486	20.132	90.154	(1.492)	-	272.326

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2016.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas pela reavaliação do imobilizado e propriedade para investimentos até 2008, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros derivativos, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão e tributos diferidos ativos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação (Nota 4).

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias:

(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

(iii) Ativos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

(d) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

(e) Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 321, de 15 de janeiro de 2015 e Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

(i) Seguros

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial.

• Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais.

• Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta.

(ii) Previdência complementar

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuariário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

• Provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos

Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se a aqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.

As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's).

• Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.

• Provisão de resgates ou outros valores a regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.

• Provisão de excedentes financeiros (PEF)

É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato.

As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A..

(f) Custos de aquisição diferidos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas

Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, DPVAT, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

(i) Imobilizado

Terenos e edificações compreendem a escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada, o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis, máquinas e utensílios	10 anos
Veículos.....	5 anos

(j) Intangível

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de vinte anos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.

O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

(k) Recuperabilidade de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

(l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.

Se, em exercício subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

(m) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

(n) Passivos financeiros - financiamentos

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro.

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro.

Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações.

(o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.

As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota".

As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Perda provável	92% do valor em risco
Perda possível.....	52% do valor em risco
Perda remota.....	3% do valor em risco

No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do exercício como receita financeira.

(p) Teste de Adequação do Passivo (TAP)

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidas das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 70% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2015 e 2014 indicaram que as provisões constituídas nestas datas-base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora.

(q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a Conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto na CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(r) Reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre ("VGBL") são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

(s) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Mongeral AEGON não possuía ações preferenciais. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação.

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Provisões técnicas

Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco

Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos.

No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos sinistros ocorridos, mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas.

O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam.

Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência.

(b) Custos de aquisição diferidos

Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados

Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral AEGON Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez.

(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguos e resseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguos e resseguros. Em 31 de dezembro de 2015 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(g) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(h) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

(a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao ressegurador local IRB-Brasil Re S.A. e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas e Hannover Rueckvericherung Ag.

A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto as resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em Resseguro, 85% destinam-se ao Ressegurador Local e os demais distribuídos entre os Resseguradores Admitidos.

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda.

Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional.

Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	2015			2014		
	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Acidentes pessoais coletivos.....	68.125	21%	19%	42.565	19%	19%
Acidentes pessoais individuais.....	14.804	28%	19%	12.775	26%	19%
Auxílio funeral.....	13.922	13%	19%	8.506	21%	19%
Doenças graves ou doença terminal.	4.430	20%	19%	2.172	9%	19%
DPVAT.....	45.490	79%	1%	39.650	96%	1%
Perda de certificado de habilitação de voo	2.130	136%	19%	2.007	127%	19%
Dotal misto.....	42.338	0%	19%	27.287	-4%	19%
Prestamista.....	53.614	30%	19%	27.966	35%	19%
Prestamista – Habitacional.....	284	96%	19%	618	23%	19%
Renda de eventos aleatórios.....	94.356	26%	19%	70.840	29%	19%
Seguro de vida produtor rural.....	12.183	25%	19%	4.981	23%	19%
Vida em grupo	64.564	50%	19%	50.646	52%	19%
Vida individual	154.611	18%	19%	125.213	22%	19%
	<u>570.851</u>			<u>415.226</u>		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela Seguradora.

Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação a taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos.

A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial aumentando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto.

As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observados a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias.

O quadro abaixo exhibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos.....	3.053	6.807	1.616	48.149	8.500	68.125
Acidentes pessoais Individuais.....	1.796	1.457	385	8.470	2.697	14.805
Auxílio Funeral.....	766	812	153	10.604	1.588	13.923
Doenças Graves ou Doença Terminal.....	322	605	385	2.370	748	4.430
DPVAT.....	4.198	8.284	2.535	21.499	8.974	45.490
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	7	21	6	2.078	17	2.129
Dotal Misto.....	4.491	1.434	254	33.814	2.345	42.338
Prestamista.....	134	5	46	53.265	164	53.614
Prestamista - Habitacional.....	-	-	-	171	113	284
Renda de eventos aleatórios.....	6.748	19.149	4.701	47.113	16.644	94.355
Seguro de Vida Produtor Rural.....	-	-	-	12.183	-	12.183
Vida em Grupo.....	2.299	4.433	854	43.691	13.287	64.564
Vida Individual.....	18.921	14.670	2.299	96.736	21.985	154.611
Total.....	42.735	57.677	13.234	380.143	77.062	570.851

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos.....	3.007	6.704	1.591	47.419	8.371	67.092
Acidentes pessoais Individuais.....	1.643	1.333	352	7.745	2.467	13.540
Auxílio Funeral.....	766	812	153	10.604	1.588	13.923
Doenças Graves Ou Doença Terminal.....	288	542	345	2.123	670	3.968
DPVAT.....	4.198	8.284	2.535	21.499	8.974	45.490
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	6	18	5	1.732	14	1.775
Dotal Misto.....	4.489	1.433	254	33.800	2.344	42.320
Prestamista.....	132	5	45	52.473	162	52.817
Prestamista - Habitacional.....	-	-	-	154	101	255
Renda de eventos aleatórios.....	5.066	14.375	3.529	35.367	12.495	70.832
Seguro de Vida Produtor Rural.....	-	-	-	12.019	-	12.019
Vida em Grupo.....	2.198	4.239	817	41.779	12.706	61.739
Vida Individual.....	17.622	13.663	2.141	90.093	20.475	143.994
Total.....	39.415	51.408	11.767	356.807	70.367	529.764

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos.....	2.371	5.609	1.050	26.662	6.873	42.565
Acidentes pessoais Individuais.....	1.682	1.209	298	7.045	2.541	12.775
Auxílio Funeral.....	708	727	123	5.469	1.479	8.506
Doenças Graves Ou Doença Terminal.....	159	314	171	1.133	395	2.172
DPVAT.....	3.748	7.052	2.245	18.499	8.106	39.650
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	-	-	-	2.008	-	2.008
Dotal Misto.....	4.019	3.190	468	14.887	4.723	27.287
Prestamista.....	4.480	-	8	23.478	-	27.966
Prestamista - Habitacional.....	-	-	-	446	172	618
Renda de eventos aleatórios.....	4.279	14.311	3.528	34.902	13.819	70.839
Seguro de Vida Produtor Rural.....	-	-	-	4.981	-	4.981
Vida em Grupo.....	2.106	4.316	688	31.241	12.296	50.647
Vida Individual.....	18.443	14.639	2.146	68.312	21.672	125.212
Total.....	41.995	51.367	10.725	239.063	72.076	415.226

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro					Total Geral
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Acidentes pessoais coletivos.....	2.327	5.458	1.008	26.295	6.660	41.748
Acidentes pessoais Individuais.....	1.568	1.075	249	6.329	2.212	11.433
Auxílio Funeral.....	708	727	123	5.469	1.479	8.506
Doenças Graves Ou Doença Terminal.....	135	267	153	998	330	1.883
DPVAT.....	3.748	7.052	2.245	18.499	8.106	39.650
Perda de Certificado de Habilitação de Voo	-	-	-	1.671	-	1.671
Dotal Misto.....	4.007	3.187	468	14.715	4.721	27.098
Prestamista.....	4.474	-	8	23.424	-	27.906
Prestamista - Habitacional.....	-	-	-	446	167	613
Renda de eventos aleatórios.....	3.213	10.735	2.442	27.111	9.792	53.293
Seguro de Vida Produtor Rural.....	-	-	-	4.981	-	4.981
Vida em Grupo.....	2.073	4.207	681	30.031	11.759	48.751
Vida Individual.....	17.031	13.103	1.910	55.895	19.110	107.049
Total.....	39.284	45.811	9.287	215.864	64.336	374.582

Testes de sensibilidade
A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas seguintes variáveis: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 517/2015.

A variável inflação não tem impacto nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo.

A variável do índice de conversibilidade também não gera impacto, uma vez que a Seguradora utiliza atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões.

O impacto da sinistralidade em 31 de dezembro de 2015 foi testado através do aumento e da redução de 2,00% e 6,00 %, para seguros e previdência respectivamente, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
		Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade.....	Aumento de 2%	(2.670)	(8,32)	(0,98)
Sinistralidade.....	Redução de 2%	2.670	8,32	0,98
Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
		Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade.....	Aumento de 2%	(2.012)	(6,15)	(0,74)
Sinistralidade.....	Redução de 2%	2.012	6,15	0,74
Previdência	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
		Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade.....	Aumento de 6%	(7.163)	(22,33)	(2,63)
Sinistralidade.....	Redução de 6%	7.163	22,33	2,63
Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
		Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Sinistralidade.....	Aumento de 6%	(6.171)	(19,23)	(2,27)
Sinistralidade.....	Redução de 6%	6.171	19,23	2,27

A sensibilidade da redução e/ou aumento de 20% de taxa de juros, como também 50% em persistência, 15% de mortalidade, 20% em sobrevivência e 25% de entrada em invalidez, foi testada pela Administração. O resultado da análise não impactou no passivo, no resultado e no patrimônio líquido do exercício.

(b) Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (ratings).

• *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos*

Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde é priorizado os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.

O cumprimento da referida política é acompanhada pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON.

A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de rating de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por rating de crédito fornecidos por agências renomadas de rating:

Emissor	Rating	Agência	2015	2014
ABC.....	AA(bra)	Fitch	1.447	1.983
AES Tietê.....	A(bra)	Fitch	-	543
Alfa.....	AA(bra)	Fitch	638	-
Arteris.....	brAA+	S&P	1.038	1.031
Autovias.....	Aa1.br	Moody's	978	1.043
Banco do Brasil.....	AAA(bra)	Fitch	1.968	-
BBM.....	Aa1.br	Moody's	1.393	1.696
BIC.....	Aa1.br	Moody's	-	4.797
BICB.....	Aa1.br	Moody's	-	479
BMG.....	A(bra)	Fitch	-	1.482
Bndespar.....	AAA(bra)	Fitch	1.740	1.611
Br Malls.....	AA(bra)	Fitch	365	-
Bradesco.....	AAA(bra)	Fitch	6.202	3.485
Bradespar.....	AAA(bra)	Fitch	107	-
BRB.....	AA-(bra)	Fitch	3.359	2.940
Caixa.....	AAA(bra)	Fitch	7.189	5.739
Cemig.....	AA-(bra)	Fitch	3.663	2.843
CGD.....	A+(bra)	Fitch	-	252
Cielo.....	AAA(bra)	Fitch	3.268	-
Comgás.....	AA+(bra)	Fitch	1.759	1.627
Copel.....	AA+(bra)	Fitch	2.696	-
CPSEC.....	brAA	S&P	321	-
Daycoval.....	AA(bra)	Fitch	5.776	3.152
Ecorodovias.....	Aa1.br	Moody's	1.759	1.590
Estácio.....	brAA-	S&P	1.387	1.026
HSBC.....	Aaa.br	Moody's	7.168	3.857
Ideal Invest.....	brAA-	S&P	-	-
Industrial.....	A+(bra)	Fitch	5.178	2.784
Indusval.....	brBBB-	S&P	3.883	3.549
Intervias.....	Aa1.br	Moody's	1.745	1.396
Itaú.....	AAA(bra)	Fitch	7.957	493
Localiza.....	AAA(bra)	Fitch	2.085	1.037
Lojas Americanas.....	AA-(bra)	Fitch	2.772	-
Mercantil.....	Ba2.br	Moody's	711	-
Mercedes.....	AAA(bra)	Fitch	2.028	1.007
MRS.....	brAA+	S&P	815	322
Multiplan.....	brAAA	S&P	3.164	2.665
Oi.....	AA-(bra)	Fitch	-	2.699
Original.....	BBB+(bra)	Fitch	461	-
Paraná.....	AA-(bra)	Fitch	1.083	253
Petrobras.....	AAA(bra)	Fitch	282	-
Pine.....	AA-(bra)	Fitch	-	3.284
RCI.....	Aa1.br	Moody's	2.399	3.394
Renner.....	brAA+	S&P	2.074	2.172
Rodonorte.....	AA+(bra)	Fitch	0	2.357
Sabesp.....	AA-(bra)	Fitch	1.019	628
Safra.....	AAA(bra)	Fitch	6.409	4.235
Santander.....	AAA(bra)	Fitch	7.621	5.395
Telefônica.....	Aaa.br	Moody's	1.711	1.424
Trans. Aliança.....	AAA(bra)	Fitch	737	856
UNICRED.....	AA-(bra)	Fitch	10.238	10.022
Via Oeste.....	Aaa.br	Moody's	1.406	2.056
Volkswagen.....	brAA+	S&P	1.389	-
			121.388	93.204

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

Seguros	2015		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos.....	1.160	-	1.160
Aplicações.....	213.309	158.282	371.591
Aplicações DPVAT.....	58.349	-	58.349
Créditos das operações com seguros e resseguros.....	45.065	-	45.065
Ativos de resseguros - provisões técnicas.....	16.515	3.984	20.499
Títulos e créditos a receber.....	7.028	28.134	35.162
Outros ativos.....	441	-	441
Empréstimos e depósitos compulsórios.....	27	35	62
Total ativo.....	341.894	190.435	532.329
Passivo			
Contas a pagar.....	27.600	4.007	31.607
Provisões técnicas - seguros.....	145.610	219.419	365.029
Provisões técnicas - DPVAT.....	41.565	16.769	58.334
Débitos das operações com seguros.....	39.674	-	39.674
Depósitos de terceiros.....	544	-	544
Total passivo.....	254.993	240.195	495.188

Previdência	2015		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo			
Caixa e bancos.....	1.115	-	1.115
Aplicações.....	204.944	152.074	357.018
Créditos das operações com previdência complementar.....	38.099	-	38.099
Ativos de resseguros - provisões técnicas.....	6.212	2.464	8.676
Títulos e créditos a receber.....	6.752	27.031	33.783
Outros ativos.....	424	-	424
Empréstimos e depósitos compulsórios.....	26	35	61
Total ativo.....	257.572	181.604	439.176
Passivo			
Contas a pagar.....	26.517	3.850	30.367
Provisões técnicas - previdência.....	73.503	282.495	355.998
Débitos das operações com previdência.....	20.901	-	20.901
Depósitos de terceiros.....	3.097	-	3.097
Total passivo.....	124.018	286.345	410.363

Seguros	2014		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo</			

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI). Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição, em quantidade de contratos, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é como segue:

Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor de referência	2015	2014	Objetivo
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	25	R\$ 100	25	65	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2018	20	R\$ 100	20	10	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2019	41	R\$ 100	41	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2025	30	R\$ 100	30	20	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2023	-	R\$ 100	-	10	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	-	R\$ 100	-	121	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	13	R\$ 100	13	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	01/07/2015	-	R\$ 100	-	15	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2015	-	R\$ 100	-	800	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	01/07/2016	-	R\$ 100	-	40	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	04/01/2016	-	R\$ 100	-	70	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	-	R\$ 100	-	43	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	02/01/2017	20	R\$ 100	20	-	Hedge
DI	Vendido	Depósito interfinanceiro	04/01/2016	-	R\$ 100	-	16	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2016	3	R\$ 100	3	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	02/01/2019	45	R\$ 100	45	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito interfinanceiro	04/01/2021	-	R\$ 100	-	6	Hedge

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (*V@R, Tracking Error e Testes de stress*), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do *The Bank of New York Mellon*.

(c) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	59.874	400.483	460.357	32.143	344.817	376.960
Recibo de depósitos bancários	-	10.239	10.239	-	10.022	10.022
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT	-	58.349	58.349	-	43.717	43.717
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	-	62.455	62.455	-	67.053	67.053
Quotas de fundos de investimentos multimercado	-	43.003	43.003	-	23.497	23.497
Letras financeiras do tesouro	22.488	-	22.488	1.961	-	1.961
Notas do tesouro nacional série - B	10.822	-	10.822	-	-	-
Notas do tesouro nacional série - C	524	-	524	3.157	-	3.157
Quotas de fundos de investimento	-	225.659	225.659	-	198.686	198.686
Outros	(104)	-	(104)	(114)	-	(114)
Operação compromissada	26.144	-	26.144	27.139	-	27.139
Opção de compra de índice	-	10	10	-	-	-
Outras aplicações	-	768	768	-	1.842	1.842
Títulos disponíveis para venda	3.155	-	3.155	3.090	-	3.090
Ações de companhias de capital aberto	1.804	-	1.804	1.462	-	1.462
Quotas de Fundos Imobiliários	1.351	-	1.351	1.628	-	1.628
Títulos mantidos até o vencimento	323.446	-	323.446	260.268	-	260.268
Fundos especialmente constituídos	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	13.374	-	13.374
Notas do Tesouro Nacional série - B	203.742	-	203.742	137.619	-	137.619
Notas do Tesouro Nacional série - C	119.704	-	119.704	109.275	-	109.275
	386.475	400.483	786.958	295.501	344.817	640.318

(d) Movimentação das aplicações financeiras

A movimentação das aplicações financeiras pode ser assim demonstrada:

	Títulos Privados - Fixo e Variável		Quotas de Fundos de Investimento		Outras Aplicações		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo Inicial	12.970	13.570	626.993	503.054	355	75	640.318	516.699
Aplicações	84.269	43.886	429.828	446.078	4.567	5.771	518.664	495.735
Resgates	(86.378)	(44.704)	(376.603)	(373.334)	(4.531)	(5.495)	(467.512)	(423.533)
Rendimentos	1.563	218	93.919	51.195	6	4	95.488	51.417
Saldo Final	12.424	12.970	774.137	626.993	397	355	786.958	640.318

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 3.308 de 31 de março de 2006 e a SUSEP através da Circular nº 517 de 30 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	2015	2014
Provisões técnicas - seguros e previdência	779.361	631.281
Ativos redutores da necessidade de cobertura		
Provisões técnicas - resseguros	(26.792)	(23.365)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(13.243)	-
Direitos creditórios	(10.526)	(20.349)
Provisões técnicas - PGBL e VGBL	(227.192)	(200.229)
DPVAT	(58.333)	(43.700)
Outras	(601)	(2.569)
Total das reduções	(336.686)	(290.212)
Provisões técnicas para cobertura (líquido)	442.675	341.069
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas		
Quotas de fundos de investimento	97.141	84.579
Quotas de fundos especialmente constituídos	383.321	292.412
Imóveis	14.552	7.814
Recibo de depósitos bancários	10.239	10.022
Debêntures	-	-
Quotas de Fundos Imobiliário	1.351	1.628
Ações de companhias de capital aberto	1.804	1.462
	508.408	397.917
Suficiência	65.733	56.848

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

8. Crédito das operações com seguros, resseguro e previdência complementar

(a) Prêmios a receber de segurados

Composição dos créditos das operações com seguros	2015	2014
Prêmios a receber de segurados - emitidos	27.995	14.986
Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro	69	177
Prêmios a receber de segurados - não emitidos	1.912	949
Total	29.976	16.112
Redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados	(7.918)	(2.713)
Total	22.058	13.399

Aging de prêmios a receber de segurados - emitidos

A vencer	2015	2014
De 1 a 30 dias	11.286	6.864
De 31 a 60 dias	11.146	6.864
De 61 a 365 dias	130	-
	10	-
Vencidos	16.709	8.122
De 1 a 30 dias	6.312	4.654
De 31 a 60 dias	3.214	1.458
De 61 a 365 dias	5.771	1.981
Superior a 365 dias	1.412	29
Prêmios pendentes no final do exercício	27.995	14.986

A movimentação no exercício da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de prêmios a receber de segurados, está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.713)	(2.713)
Constituições	(15.376)	-
Valores revertidos ou baixados	10.171	-
Saldo em em 31 de dezembro de 2015	(7.918)	(2.713)

(b) Valores a receber previdência complementar

Composição dos créditos das operações com previdência complementar	2015	2014
Valores a receber	32.268	27.118
(-) Redução ao valor recuperável	(7.496)	(5.544)
Total	24.772	21.573

Aging de valores a receber

A vencer	2015	2014
De 1 a 30 dias	14.941	18.579
De 31 a 60 dias	14.164	18.214
De 61 a 90 dias	425	319
De 91 a 365 dias	352	46
Vencidos	17.327	8.538
De 1 a 30 dias	10.581	1.541
De 31 a 60 dias	436	2.531
De 61 a 365 dias	5.911	4.467
Superior a 365 dias	399	-
Prêmios pendentes no final do exercício	32.268	27.118

A movimentação no exercício da provisão para redução de valor recuperável referente ao saldo de valores a receber de previdência complementar, está apresentada a seguir:

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.544)	(5.544)
Constituições	(15.687)	-
Valores revertidos ou baixados	13.735	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.496)	(5.544)

	2015	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.447)	(3.447)
Constituições	(12.663)	-
Valores revertidos ou baixados	10.566	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(5.544)	(3.447)

(c) Operações com resseguradoras

	2015	2014
Comissão	4.263	8.098
Custos	497	1.076
Pro Labore	(1.665)	(1.277)
Excesso de danos por catástrofe	105	-
Sinistros	16.958	8.960
Operações com resseguradoras	20.158	16.857
Comissão	90	219
Pro Labore	8.559	5.947
Sinistros	3.075	3.607
Créditos de resseguros	11.724	9.773

9. Imóveis destinados a renda

Em 31 de dezembro de 2015, o imóvel da Companhia destinado a renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
Terrenos destinados à renda				
Residencial Farol de Santa Marta	16.590	265	16.855	32.900

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28.

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2014	Aquisições	Depreciações	2015
Terreno para uso próprio	-	777	-	-	777
Edificações	4%	9.446	9.645	(712)	18.379
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	7.508	9.400	(3.404)	13.504
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.450	2.035	(1.138)	7.347
Outras imobilizações	10%	4.262	2.732	(630)	6.364
Total		28.443	23.812	(5.884)	46.371

	Taxa anual de depreciação	2013	Aquisições	Depreciações	2014
Terreno para uso próprio	-	777	-	-	777
Edificações	4%	8.042	1.868	(464)	9.446
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	7.599	1.836	(1.927)	7.508
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.880	1.407	(837)	6.450
Outras imobilizações	10%	2.845	1.847	(430)	4.262
Total		25.143	6.958	(3.658)	28.443

11. Intangível

	2014	Adições	Amortizações	2015
Desenvolvimento de software (2)	78.251	15.923	(5.486)	88.688
Marcas e patentes	51	6	-	57
Total	78.302	15.929	(5.486)	88.745

	2013	Adições	Amortizações	2014
Desenvolvimento de software (1)	60.240	21.917	(3.906)	78.251
Marcas e patentes	51	-	-	51
Total	60.291	21.917	(3.906)	78.302

(1) Em maio de 2012 os módulos de Empréstimos, Cosseguro e Resseguro, Sinistros e Vida em Grupo do novo sistema entraram em funcionamento e assim tiveram sua amortização iniciada a partir do referido mês, sendo efetuada pela vida útil estimada de 20 anos.

(2) Em 2015 a companhia continuou investindo no Sistema Operacional eSim, que entrou em produção em novembro, substituindo definitivamente o sistema anterior, que suportou as operações da Mongeral Aegon entre 1997 e 2015.

12. Obrigações a pagar

	2015	2014
Circulante		
Fornecedores	6.004	11.234
Participação nos lucros a pagar	16.472	12.622
Outras obrigações a pagar	1.275	409
Total	23.751	24.265

	2015	2014
Não circulante		
Outras obrigações a pagar	1.475	

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Dotal misto						
Sinistro a liquidar	1.392	484	-	-	1.392	484
Sinistros ocorridos e não avisados	213	152	-	20	213	132
Provisão matemática de benefícios a conceder	56.499	44.010	-	-	56.499	44.010
Provisão para despesas relacionadas	57	19	-	-	57	19
Provisão de resgates e outros valores a regularizar	12.024	6.959	-	-	12.024	6.959
	<u>70.185</u>	<u>51.624</u>	-	<u>20</u>	<u>70.185</u>	<u>51.604</u>
Habitacional						
Provisões de prêmios não ganhos	-	-	-	-	-	-
Sinistros a liquidar	8	83	-	-	8	83
Sinistros ocorridos e não avisados	-	85	-	17	-	68
Provisão de despesas relacionadas	-	2	-	-	-	2
	<u>8</u>	<u>170</u>	-	<u>17</u>	<u>8</u>	<u>153</u>
Auxílio funeral						
Provisões de prêmios não ganhos	1.329	761	-	-	1.329	761
Sinistros a liquidar	768	505	2	2	766	503
Sinistros ocorridos e não avisados	805	1.124	2	229	803	895
Provisão de despesas relacionadas	22	22	-	-	22	22
	<u>2.924</u>	<u>2.412</u>	<u>4</u>	<u>231</u>	<u>2.920</u>	<u>2.181</u>
Doenças graves ou doença terminal						
Provisões de prêmios não ganhos	230	113	17	15	213	98
Sinistros a liquidar	214	130	24	91	190	39
Sinistros ocorridos e não avisados	483	264	121	54	362	210
Provisão de despesas relacionadas	3	4	-	-	3	4
	<u>930</u>	<u>511</u>	<u>162</u>	<u>160</u>	<u>768</u>	<u>351</u>
Prestamista Rural						
Provisões de prêmios não ganhos	3.877	154	-	-	3.874	154
Sinistros a liquidar	743	126	-	-	743	126
Sinistros ocorridos e não avisados	1.040	571	14	117	1.026	454
Provisão de despesas relacionadas	10	8	-	-	10	8
	<u>5.670</u>	<u>859</u>	<u>17</u>	<u>117</u>	<u>5.653</u>	<u>742</u>
Total	<u>423.363</u>	<u>317.117</u>	<u>20.499</u>	<u>17.974</u>	<u>402.864</u>	<u>299.143</u>
Circulante	187.175	204.309	16.515	15.016	170.660	189.293
Não circulante	<u>236.188</u>	<u>112.808</u>	<u>3.984</u>	<u>2.958</u>	<u>232.204</u>	<u>109.850</u>

(b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício

	2014		(-) Rever-		Encargos		2015	
	Consti-	Rever-	sões/baixas	Encargos	2014	2015	2014	2015
Provisão bruta	26.910	23.300	(6.510)	-	-	-	43.700	-
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	1.134	600	(690)	-	-	-	1.044	-
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	46.388	171.720	(156.790)	2.373	63.691	-	83.182	-
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	58.040	27.163	(2.021)	-	-	-	-	-
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	157.016	51.641	(25.036)	14.141	197.762	-	-	-
RNE - Riscos Não Expirados (riscos vigentes e emitidos)	3.276	1.158	(629)	-	3.805	-	-	-
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	1.239	21	(26)	97	1.331	-	-	-
BAR - Benefícios a Regularizar	14.518	51.899	(52.863)	975	14.529	-	-	-
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	8.596	6.929	(1.206)	-	14.319	-	-	-
	<u>317.117</u>	<u>334.431</u>	<u>(245.717)</u>	<u>17.585</u>	<u>423.363</u>	-	-	-
Provisão bruta	27.562	2.893	(3.545)	-	26.910	-	-	-
PPNG - Riscos Vigentes e Emitidos	472	897	(235)	-	1.134	-	-	-
PDR - Provisão de Despesas Relacionadas	41.025	120.729	(116.559)	1.193	46.388	-	-	-
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	38.399	21.503	(1.862)	-	58.040	-	-	-
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	119.599	31.607	(12.785)	18.595	157.016	-	-	-
RNE - Riscos Não Expirados (riscos vigentes e emitidos)	2.766	949	(439)	-	3.276	-	-	-
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	1.273	58	(178)	86	1.239	-	-	-
BAR - Benefícios a Regularizar	8.260	9.308	(3.445)	395	14.518	-	-	-
ROVR - Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	5.851	4.673	(1.928)	-	8.596	-	-	-
	<u>245.207</u>	<u>192.617</u>	<u>(140.976)</u>	<u>20.269</u>	<u>317.117</u>	-	-	-

(c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos no exercício

	2015	2014
Saldo no início do exercício	33.024	31.634
Constituições	28.747	19.584
Apropriações	(19.223)	(18.194)
Saldo no final do exercício	42.548	33.024
Circulante	18.001	15.657
Não Circulante	24.547	17.367

15. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue:
 • A 1ª tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada exercício de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício. A segunda mostra o desenvolvimento dos pagamentos.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm + jud) - pecúlio Prev e VI								
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Estimativa no ano	52.347	54.528	70.209	76.266	87.430	93.373	93.863	-
Estimativa um ano após	51.390	53.212	68.254	72.123	85.366	89.646	-	-
Estimativa dois anos após	51.033	54.271	67.956	72.493	87.031	-	-	-
Estimativa três anos após	52.031	55.980	69.458	73.081	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	52.675	56.518	70.445	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	52.992	56.705	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	53.160	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	53.160	56.705	70.445	73.081	87.031	89.646	93.863	523.933

Triângulo de Pagamentos								
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Estimativa no ano	(39.606)	(40.657)	(49.473)	(50.967)	(62.593)	(62.893)	(67.741)	-
Estimativa um ano após	(48.296)	(51.991)	(64.593)	(66.554)	(81.753)	(81.758)	-	-
Estimativa dois anos após	(48.913)	(52.836)	(65.171)	(67.347)	(83.620)	-	-	-
Estimativa três anos após	(49.871)	(53.412)	(66.425)	(68.025)	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	(50.195)	(54.770)	(66.548)	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	(50.467)	(55.074)	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	(50.655)	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	(50.655)	(55.074)	(66.548)	(68.025)	(83.620)	(81.758)	(67.741)	(473.420)
Estimativa atual de suficiência	2.505	1.632	3.898	5.056	3.412	7.888	26.122	50.513
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	-	16.371

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual a Seguradora utilizou os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro. O IBNR judicial começou a ser constituído apenas em meados de 2010.

A informação de resseguro foi incorporada ao quadro estatístico de Previdência e Vida Individual apenas a partir de 2014, por este motivo a Seguradora utilizou os valores brutos de resseguro.

O resultado encontrado este ano segue o padrão dos anos anteriores, demonstrando consistência nos dados e na análise. O sinistro tem apresentado um crescimento gradativo a cada ano, com destaque para 2011 e 2013.

Verifica-se que, de todos os anos analisados, 2015 foi o ano com menor crescimento no valor de sinistro, apresentando aumento de apenas 1%. Isto demonstra a estabilidade deste grupo.

Mais de 60% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos. A cauda corresponde aos sinistros judiciais, pois possuem naturalmente um tempo maior de conclusão.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm + jud) - Seguros								
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Estimativa no ano	21.926	33.035	35.942	39.578	55.301	73.423	97.951	-
Estimativa um ano após	21.635	33.546	36.867	39.425	56.202	73.835	-	-
Estimativa dois anos após	21.876	33.869	37.138	39.288	56.780	-	-	-
Estimativa três anos após	22.110	34.298	36.994	39.302	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	22.174	33.502	37.570	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	22.039	33.773	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	21.987	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	21.987	33.773	37.570	39.302	56.780	73.835	97.951	361.198

Triângulo de Pagamentos								
Ano de ocorrência	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Estimativa no ano	(14.350)	(20.082)	(22.554)	(23.421)	(33.459)	(43.547)	(60.204)	-
Estimativa um ano após	(19.956)	(30.464)	(33.315)	(35.596)	(51.116)	(65.443)	-	-
Estimativa dois anos após	(20.609)	(31.511)	(34.678)	(36.830)	(52.223)	-	-	-
Estimativa três anos após	(20.963)	(31.802)	(35.231)	(37.217)	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	(21.186)	(32.138)	(35.570)	-	-	-	-	-
Estimativa cinco anos após	(21.282)	(32.141)	-	-	-	-	-	-
Estimativa seis anos após	(21.286)	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	(21.286)	(32.141)	(35.570)	(37.217)	(52.223)	(65.443)	(60.204)	(304.083)
Estimativa atual de suficiência	701	1.632	2.000	2.085	4.557	8.392	37.747	57.115
Sinistros Ocorridos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	-	-	8.678

Para os estudos referentes a Seguros foram utilizados os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e resseguro, com o IBNR judicial começando a ser constituído em meados de 2010.

Em 2010 foi encerrado o contrato de cosseguro cedido e em 2011, devido a Circular SUSEP 395, houve a migração de sinistros de Vida Individual para os ramos de Seguros.

O volume de sinistro tem apresentado grande aumento ao longo dos anos, esta evolução é explicada pela carteira de vida em grupo que tem crescido exponencialmente.

Aproximadamente 80% dos sinistros pendentes encontram-se nos últimos 4 anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício.

16. Empréstimos e financiamentos

	2015				2014				Taxa	Vencimento	
	Pra-	Valor do	Curto	Longo	Valor do	Curto	Longo				
Bradesco S.A.	36	3.618	874	312	1.186	3.715	1.230	988	2.218	1,17%	Até 09/2017
Itaú Unibanco S.A.	36	-	-	-	-	133	15	-	15	1,14%	Até 04/2015
Citibank S.A.	36	2.859	874	840	1.714	1.680	620	404	1.024	1,10%	Até 10/2016
IBM	36	3.104	960	807	1.767	423	143	120	263	1,21%	Até 11/2016
SG Finance	36	1.617	542	469	1.011	1.728	586	545	1.131	1,08%	Até 10/2016
Total		11.198	3.250	2.428	5.678	7.679	2.594	2.057	4.651		

Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Seguradora dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de *covenants* e nem possuíram custos de captação.

17. Provisões para contingências

Contingências fiscais				
Probabilidade de perda	Quantidade	2015		2014
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Possível	41	15.057	-	-
Total	41	15.057	-	-
Contingências trabalhistas				
Probabilidade de perda	Quantidade	2015		2014
		Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	19	6.008	6.008	258
Possível	40	5.490	-	-
Remota	2	52	-	-
Total	61	11.550	6.008	258

||
||
||

(b) Créditos tributários e provisão para tributos

	2015	2014
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Créditos tributários	-	-
Antecipações	5.159	3.868
Outros impostos a compensar	4.266	2.902
Total	9.425	6.770
Não circulante		
Benefício fiscal gerado pela incorporação (*)	24.899	28.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*)	12.352	4.363
Total	37.251	32.613
Passivo - provisão para tributos diferidos		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias (*)	3.954	615
Total	3.954	615

(*) Lei nº 13.169/2015 - Em 6 de outubro de 2015 a Medida Provisória nº 675 foi convertida na lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas. Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%.

20. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Sinistros ocorridos

	2015	2014
Indenizações avisadas	(125.479)	(91.728)
Indenizações DPVAT	(26.414)	(28.753)
Despesas com sinistros	(9.361)	(8.539)
Despesas com benefícios/Planos de pecúlio	(93.019)	(96.833)
Recuperação de sinistros	6	26
Varição de sinistros ocorridos mas não avisados	(13.563)	(10.234)
Varição de eventos ocorridos mas não avisados	(2.901)	(2.421)
Total	(270.731)	(238.482)

(b) Resultado com operações de resseguro

	2015	2014
Repasso	(46.847)	(55.993)
Recuperação de sinistros	50.955	52.450
Total	4.108	(3.543)

(c) Outras receitas e despesas operacionais - seguros

	2015	2014
Receita com emissão de apólice	2.639	2.272
Despesas com cobrança	(2.702)	(2.444)
Despesas com administração apólice/contrato	(716)	(478)
Consórcio DPVAT	(822)	(632)
Prov. para risco de créditos duvidosos	(5.205)	309
Despesas de incentivo a produção	(4.851)	(4.043)
Outras	(3.741)	4.066
Total	(15.398)	(950)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	2015	2014
Despesas de corretagem e agenciamento	(143.217)	(112.161)
Despesas de custeamento de vendas	(12.371)	(7.850)
Despesas com serviços técnicos	(2.171)	(781)
Consultoria comercial	(31.806)	(28.762)
Campanha de venda	(8.372)	(6.773)
Marketing	(11.000)	(9.174)
Transporte de malotes	(2.591)	(1.848)
Treinamento e desenvolvimento	(3.873)	(2.684)
Outras	(2.784)	(2.185)
Total	(218.185)	(172.218)
Seguros	(129.601)	(104.753)
Previdência	(88.584)	(67.465)

(e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência

	2015	2014
Serviço funeral	7.495	9.155
Receita operacional com ressegurador	2.971	1.666
Receitas c/serviços de distribuição	988	773
Processos judiciais	(2.170)	(650)
Serviço funeral	(5.379)	(4.012)
Serviços assistências	(4.745)	(3.955)
Taxa de administração	(2.062)	(1.981)
Provisão para riscos sobre valores a receber	(1.952)	(2.097)
Outras	(5.952)	(1.260)
Total	(10.806)	(2.361)

(f) Despesas administrativas

	2015	2014
Pessoal próprio	(167.420)	(134.643)
Serviços de terceiros	(22.697)	(20.944)
Localização e funcionamento	(51.377)	(43.614)
Publicidade e propaganda	(3.779)	(4.488)
Despesas com donativos e contribuições	(1.939)	(902)
Jornais e revistas	(359)	(269)
Publicações	(430)	(291)
Multas	(173)	(176)
Convênio DPVAT	(2.205)	(1.777)
Outras	(1.740)	(528)
Total	(252.119)	(207.632)

(g) Despesas com tributos

	2015	2014
Impostos	(898)	(756)
Contribuições	(26.407)	(20.917)
Taxa de fiscalização	(983)	(897)
Outras	(53)	(51)
Total	(28.341)	(22.621)

(h) Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	1.269	1.059
Receitas com fundos de investimentos	93.698	55.394
Outras receitas financeiras	11.456	1.929
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(64.708)	(40.486)
Outras	(181)	(304)
Total	41.534	17.592

(i) Resultado patrimonial

	2015	2014
Equivalência patrimonial	4	504
Outras	-	(816)
Total	4	(312)

21. Aposentadorias e Pensões

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 2.067 (R\$ 1.440 em 31 de dezembro de 2014) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas".

22. Transações com Partes Relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, operações com as empresas Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios, Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda e Mongeral Aegon Holding Ltda. Em junho de 2015, a Companhia vendeu a sua participação societária na empresa Data A Soluções em Previdência Ltda para Mongeral Aegon Holding Ltda, que alterou a sua razão social para Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda., tendo o valor recebido pela venda, no montante de R\$ 85, registrado na rubrica "Ganho com ativos não correntes". Em participações societárias, a empresa apresenta apenas a participação na Seguradora Líder - DPVAT.

A Companhia efetuou pagamentos para Mongeral Aegon Administração de Benefícios referente a serviços prestados de agenciamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que totalizaram R\$ 49. A seguradora teve o recebimento de R\$ 2 relativo a operação de seguro dos funcionários Mongeral Aegon Investimentos, Mongeral Aegon Administração de Benefícios e Sênior Services do Brasil Adm. e Serviços Ltda.

A despesa incorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 14.704 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 13.720).

23. Eventos Subsequentes

Em 02 de fevereiro de 2016, A Seguradora firmou um contrato de resseguro financeiro com o IRB - Brasil Resseguros S.A. pelo prazo de 10 anos, recebendo antecipadamente, a título de comissão de resseguro, o montante de R\$ 40.000.

Helder Molina Diretor Presidente	José Carlos Gomes Mota Diretor
Nuno Pedro Correia David Diretor	Osmar Navarini Diretor
Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior Diretor	Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor
Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068	Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/06

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2015, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016.
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Rua do Russel 804 - Rio de Janeiro - RJ Brasil 22210-907
CNPJ 02.646.397/0004-61 - CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de serem causados por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem

do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de serem causados por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2016
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ
Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

